

THU, 15 JUL 2021

Autorizada pela VISAPRESS para a reprodução, distribuição e/ou armazenamento de conteúdos de imprensa, das publicações por esta representada, sendo interdita qualquer reprodução, mesmo que parcial.

Custo duplica com pandemia, mas BCE volta a contê-lo

Nova dívida

**Custo duplica com
pandemia, mas BCE
volta a contê-lo**

PÁG. 15

Custo da nova dívida duplica com pandemia

FINANÇAS Bancos centrais “continuam cautelosos” e ainda pouco ou nada se fala sobre o fim dos programas de compras de ativos.

TEXTO **LUÍS REIS RIBEIRO**

O custo médio ponderado e acumulado da nova dívida pública emitida no período de janeiro a maio ronda uma taxa de juro de 0,7%, valor que é cerca do dobro do registado até a pandemia eclodir em março de 2020, mostram números oficiais da agência que gere a dívida portuguesa (IGCP), tutelada do Ministério das Finanças. Nessa altura, antes da covid aparecer, Portugal estava a endividar-se a uma taxa próxima de 0,4% (nova dívida, considerando Obrigações e Bilhetes do Tesouro e outros instrumentos como certificados).

No entanto, esta subida terá sido interrompida recentemente e com maior evidência depois de o Banco Central Europeu (BCE) anunciar, na semana passada, uma suavização da meta da inflação, que pode permitir a Frankfurt esperar mais algum tempo até subir taxas de juro num futuro próximo se os preços aquecerem, por exemplo.

De acordo com os indicadores de mercado disponíveis (como a taxa de juro das OT a dez anos), o custo deste tipo de instrumento de dívida chegou a 0,6% em meados de maio, mas começou a aliviar e com maior ênfase nos últimos dias. Ontem, no mercado secundário, as OT a dez anos de Portugal eram negociadas abaixo dos 0,3%.

Um levantamento feito pelo DN/Dinheiro Vivo dos dados oficiais publicados mensalmente pelo IGCP indica que o custo médio ponderado de toda a nova dívida emitida desde o início do ano está nos referidos 0,7%, mas a suavizar desde fevereiro.

Isto ajuda bastante as contas públicas e a redução do défice (os juros são despesa corrente), tendo



Juros pesam nas contas públicas geridas pelo ministro João Leão.

em conta que a pilha de endividamento (o *stock* total) equivale hoje a cerca de 130% ou mais do Produto Interno Bruto (PIB), um dos níveis mais elevados do mundo desenvolvido e da Europa.

Num comentário enviado aos jornais, Filipe Silva, analista do Banco Carregosa, confirma que existe outra vez uma janela de alívio no custo da dívida.

Ontem, o IGCP foi outra vez ao mercado. A República endividou-se em mais 914 milhões de dívida com prazos de reembolso de longo

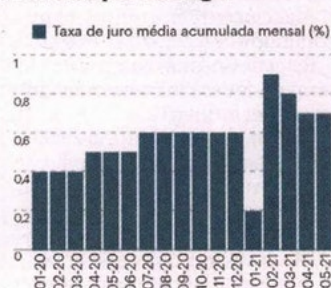
prazo – 622 milhões em obrigações do tesouro a nove anos e os restantes 292 milhões, em obrigações do tesouro a 16 anos. Para o economista, “apesar de estar prevista uma emissão que poderia ascender a mil milhões de euros, o IGCP optou por emitir apenas 914 milhões”.

Mas os resultados são positivos na perspetiva dos preços contratados. “Face ao último leilão comparável, na emissão a nove anos, tivemos uma descida no prémio de risco de 0,237% para 0,127%”.

“A tendência descendente nas *yields* [taxas de juro] da dívida soberana tem-se mantido desde maio, o que permitiu taxas mais baixas na emissão de hoje [quarta-feira]”, acrescentou. Apesar das intervenções massivas do BCE, que está há meses a comprar grandes quantidades de dívida dos países aos bancos da zona euro (o que faz descer a taxa de juro), existem novas barreiras à retoma.

Essa incerteza quanto ao crescimento e à saída da pandemia, tem levado a oscilações nas taxas de juro, ainda que de curta duração.

Taxa de juro média da nova dívida emitida por Portugal



Fonte: Ministério das Finanças, IGCP

luis.ribeiro@dinheirovivo.pt